

AS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS EM CURRALINHO-BA: INDÍCIOS DA CONQUISTA DE ESPAÇO DE AUTONOMIA E LIBERDADE NOS ÚLTIMOS ANOS DA ESCRAVIDÃO, 1871-1888**ANTONIO TADEU SANTOS BARBOSA***

Na Bahia das últimas décadas do século XIX, quando o regime escravista se encontrava em franco declínio, os cativos continuavam a ser importante fonte de trabalho nos engenhos e fazendas de muitos municípios, principalmente dos situados no Recôncavo Baiano. Como pontuou Barickman (2003), essa região tornou-se um dos últimos redutos, no Brasil, com considerável número de cativos nas proximidades do término da escravidão.

Entretanto, nesse mesmo Recôncavo Baiano, existiram distritos e vilas que, apesar de ainda fazer uso da mão de obra cativa, o trabalho livre passou a ser importante meio de absorção das atividades desenvolvidas nas pequenas e médias propriedades, preponderantes nas áreas mais afastadas dos grandes engenhos de cana de açúcar da região. (BARBOSA, 2012)

É diante desse contexto que visualizamos Currealinho¹, atual Castro Alves-BA, nas últimas décadas do século XIX. Apesar de ser uma localidade com característica predominantemente rural, havia um arraial com algumas ruas formadas e, no centro da vila, aos sábados, acontecia uma feira que, segundo relato de viajantes, era movimentada e se podia encontrar tudo. (AGUIAR, 1979)

Tanto no meio rural quanto no meio urbano, que na maioria das vezes torna-se quase impossível distinguir do rural, sujeitos de diferentes condições jurídicas – escravos, forros, libertos e livres – estiveram presente no cotidiano, tecendo relações de amizade, solidariedade e trabalho².

Dos 62 inventários levantados até o momento³, no Arquivo do Fórum de Castro Alves e no Arquivo Público do Estado Bahia (APEB), em 32 deles encontramos cativos sendo

* Mestrando em História Regional e Local – UNEB e Bolsista FAPESB.

¹ Em alguns momentos, iremos usar apenas a denominação *Currealinho*, pois, circunscrito no recorte temporal, essa localidade passa por modificações enquanto unidade administrativa: freguesia e vila. Vejamos: em 1873, Currealinho é elevada a freguesia. Em 1880, por lei provincial de nº 1987, de 26 de junho, foi elevada a categoria de vila, desmembrada de Cachoeira e instalada em 11 de janeiro de 1883. (TEIXEIRA, 1990)

² Isso ficou evidente em vários processos crimes analisados para a escrita da dissertação. Em muitos inventários é também destacado como bens de raiz pequenas e médias propriedades nos arrabaldes de Currealinho.

³ Ainda não foi feito o levantamento de todos os inventários de Currealinho pelo fato do Arquivo Municipal de Cachoeira-BA, encontrar-se fechado a alguns anos. Soube recentemente que foi reaberto, em 13 de março desse ano.

avaliados como bens semovente ou classificados na lista de matrícula, que foram encontradas anexadas nos inventários pesquisados, posteriores ao ano de 1872.

Fonte já trabalhada por muitos historiadores que se dedicam ao estudo da escravidão (SLENES, 2011; FRAGA FILHO, 2006; ROCHA, 2004), a lista de matrícula trás indícios do perfil dos cativos, como cor, idade, filiação, naturalidade, aptidão para o trabalho e profissão. Dessa forma, o objetivo do artigo é analisar as listas de matrículas, os autos de avaliação dos bens dos inventariados, as listas de dívidas e demais partes integrantes dos inventários que aparecem nomes de cativas, e de suas filhas, que exerciam serviço doméstico. Assim, conseguiremos ter ideia dos resquícios do cotidiano experienciado por essas mulheres, bem como dos seus locais de trabalho e moradia.

Foi pensando em refletir sobre a importância das relações de trabalho no mundo escravo para a luta por conquista de espaço de autonomia e liberdade, que decidimos nos deter na análise das trabalhadoras doméstica em Curralinho. Contudo, sabemos que elas não eram maioria entre a população cativa encontrada nos inventários. Vejamos a tabela abaixo:

Tabela I
Profissão exercida pelos cativos encontrados nos inventários. Curralinho-BA, 1871-1888

Profissão	1871-1880			Total (%)
	Masc	Fem	Ileg	
Lavoura	44	44	5	93 (49,5%)
Agrícola	15	16		31 (16,5%)
Serv. Doméstico		13		13 (7,0%)
Cozinheira		1		1 (0,5%)
Pedreiro	1			1 (0,5%)
Vaqueiro	2			2 (1,0%)
Ferreiro	1			1 (0,5%)
Sapateiro	1			1 (0,5%)
Nenhuma	18	25	2	45 (24,0%)
Total	82	99	7	188 (100%)

Fonte: Inventários de Curralinho-BA. In: Arquivo do Forum de Castro Alves-BA (AFCA), Estante da Vara Cível; Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB). Núcleo: Tribunal da Relação. Série: inventários.

Dos 188 cativos encontrados nos inventários de Curralinho, 93 foram classificados como lavoura, o que equivale a 49,5% do total dos trabalhadores. Pode-se, também, observar que existe uma igualdade do número de trabalhadores do sexo masculino e feminino que exerciam esse tipo de atividade. Os agricultores aparecem em segundo lugar, com 31

trabalhadores, representando o percentual de 16,0%. Apesar de não ter existido igualdade entre os homens e mulheres que exercem essa atividade, percebe-se o equilíbrio entre os sexos.

Se pensarmos os lavouros e agrícolas numa única categoria, pois eram trabalhadores que exerciam atividade com o manejo da terra, eles representariam 66% dos trabalhadores, maioria expressiva dos cativos que exerciam atividades nessa categoria. A julgar por essa amostra, percebe-se que Currálinho era uma área, como dito anteriormente, com característica rural e que, mesmo diante da desestruturação do escravismo, continuava a fazer considerável uso do trabalho escravo nas pequenas e médias propriedades.

Na terceira colocação aparecem as trabalhadoras do serviço doméstico. Foram 13 ao todo e representam um percentual de 7,0%, além de 1 cozinheira, atividade especializada nos serviços domésticos, que equivale a 0,5% do total de cativos.

O quesito nenhuma fora formado, em sua maioria, por crianças abaixo de dez anos de idade e que não tinham, segundo a lista de matrícula, aptidão para trabalho. Ao todo foram 45 crianças nessa situação, o que representa o percentual de 24,0%. Nesse momento, não iremos problematizar os percentuais dos lavouros, agrícolas e dos outros trabalhadores que aparecem na tabela, como vaqueiro, pedreiro, sapateiro e ferreiro, pois a intenção, nesse trabalho, é observar apenas as trabalhadoras domésticas. Em apenas um caso, como veremos adiante, faremos comparação entre o caso do vaqueiro Albino, que conseguiu alforriar-se antes da constituição do inventário do seu falecido senhor, com o da doméstica Bernardina. É o que veremos adiante.

Trabalhadoras domésticas: autonomia e liberdade

Como foi visto acima, mulheres que exerciam serviço doméstico aparecem com frequência regular nos inventários e estão apenas em menor quantidade que lavouros e agrícolas. Em todas as fontes analisadas para Currálinho, não encontramos homens exercendo esse tipo de atividade, apenas pessoas do sexo feminino (Ver tabela I).

Entre as cativas de Firmino da Fonseca Rocha Medrado, falecido no ano de 1875, apenas uma, dos 74 cativos(as), fora classificada exercendo serviço doméstico. Chamava-se Bernardina, parda, de 13 anos de idade, natural de Cruz das Almas, filiação desconhecida.⁴

A situação na qual Bernardina aparece na fonte é semelhante com a do vaqueiro Albino. O nome de ambos apenas aparece na lista de matrícula do ano de 1872, não sendo, dessa forma, avaliada em inventário no ano de 1875. Entretanto, ao contrário do ocorrido com Bernardina, as evidências demonstram que Albino conseguiu conquistar a liberdade antes da constituição do inventário, pois a inventariante, Ana da Rocha Medrado, declarou que ele tinha sido alforriado pelo valor de 1:000\$00 (Um conto de reis).

Segundo Kátia Lorena Novais Almeida (2006), cativas que exerciam serviço doméstico estavam mais próximas da família dos senhores, principalmente se tratando das relações escravas no mundo rural. Levando em consideração a reflexão de Almeida (2006), percebe-se, no entanto, que comparadas às relações escravistas dos grandes centros urbanos como Salvador e Rio de Janeiro, cativas domésticas como Bernardina estavam mais dependentes às normas senhorias dos proprietários que residiam nas fazendas.

A casa na qual moravam os familiares de Firmino da Fonseca Rocha Medrado era o local de trabalho de Bernardina. Ali, poderia exercer vários tipos de atividades, desde a limpeza até a preparação dos alimentos.

Deve-se levar em consideração que quando fora listada, tinha apenas 13 anos de idade. Assim, mesmo classificada como de serviço doméstico, possivelmente exercia atividades leves na casa do casal Medrado. Entretanto, ficaremos sem saber se fora alforriada pela inventariante ou conseguira conquistar a liberdade comprando a alforria entre os anos de 1872 e 1876, datas limites entre a lista de matrícula e os autos de avaliação. Porém é possível imaginar que o caminho para a autonomia e a possível conquista da liberdade de Bernardina fora trilhado em meio ao ambiente familiar dos Medrados.

Noutra região brasileira, uma pesquisa relatou que a forma de alforriar podia depender do sexo do proprietário. Observou-se, dessa forma, que as mulheres alforriavam mais escravas e de forma gratuita e incondicional, estando inseridas nesse grupo as trabalhadoras domésticas (ASSUNÇÃO, 2006).

⁴ Ver: AFCA. Inventário do Cap. Firmino da Fonseca Rocha Medrado, Freguesia do Currallinho - 1876. Estante da Vara Cível.f.60

Algo sugestivo para pensarmos na possibilidade de Bernardina ter sido alforriada gratuitamente pela inventariante, Ana de Jesus Novaes Rocha. Porém, deve-se levar em conta que, para além da ideia de Bernardina lidar no momento da tramitação do inventário com uma inventariante mulher, poderia ganhar maior peso a relação estabelecida entre escrava e senhora no ambiente doméstico, espaço de autonomia conquistado pela cativa devido a sua ocupação, profissão. Assim, a função exercida por Bernardina fora fundamental para a conquista da sua liberdade.

Também buscando refletir sobre as possibilidades da alforria entre as cativas domésticas, em Rio de Contas-BA, Kátia Lorena Novais Almeida disse que

Outra hipótese é de a mulher, sobretudo a brasileira, contar com maiores possibilidades de estabelecer relacionamentos com sua senhora e senhores, que facilitaram a obtenção da alforria. Esses laços poderiam decorrer tanto das ocupações por elas exercidas como domésticas, amas de leites e mucamas, quanto de relações sexuais mantidas com os senhores. As alforrias tendiam a beneficiar mais as cativas que conviviam com a família senhorial, em detrimento daquelas que trabalhavam nas roças [...] (ALMEIDA, 2006:151)

Penso que apenas o fato de ter sido mulher não facilitava a obtenção da carta de alforria, devido a possibilidade que esta tinha de estabelecer relacionamentos com seus senhores(as), como dito por Almeida (2006) como hipótese. Para além da ideia de mulher, os sujeitos históricos eram vistos, pensando sob o ponto de vista da moral senhorial, como escravos(as), independente do sexo. Portanto, entendo que a atividade exercida, estrategicamente desenvolvida dentro do ambiente doméstico pelos(as) escravizados(as), tornara-se peça importante para a conquista da carta de alforria devido a uma série de questões que partem, inicialmente, do esforço individual, por parte do cativo, em aprender determinados ofícios que lhes davam maior autonomia dentro das relações escravistas.

Partindo dessa perspectiva e tendo ideia dos limites impostos pelos senhores para a especialização do cativo numa determinada profissão, se é que existia limite, pois a especialização poderia ser rendosa, uma vez que o profissional especializado era mais valorizado no mercado escravista, aprender uma profissão ou se especializar numa única atividade poderia ser uma estratégia usada pelos escravizados para a conquista da liberdade.

Apesar de nos inventário de Currallinho ter encontrado apenas mulheres exercendo serviços domésticos, penso que pesava mais na aquisição da conquista da liberdade o fato do cativo(a) exercer uma atividade especializada – no caso em estudo, o trabalho doméstico – do que o fato de ser do sexo masculino ou feminino. Entretanto, a pretensão não é engessar a análise proposta, visualizando a conquista da liberdade como opção única do cativo. Por isso que está colocado, também, a conquista de espaços de autonomia.

Em muitas ocasiões, seria interessante para o cativo a conquista da mobilidade para além do ambiente de mando; o direito de poder construir uma casa de morada para sua família ou conseguir uma parcela de terra para o cultivo próprio e, em caso de venda, a negociação com um senhor que resida próximo do local onde já havia criado redes de amizade e solidariedade. Assim, a conquista de espaço de autonomia – e o aprendizado de uma profissão tenderia a pesar para tanto – tornou-se um, dentre outros caminhos, para a liberdade. Vejamos alguns exemplos.

O capitão Egídio da Rocha Medrado, morador na fazenda Cruz dos Menezes, Freguesia do Currallinho, listou na matrícula do ano de 1872 duas cativas que cuidavam dos afazeres domésticos. Elisa, parda, 17 anos de idade, filha natural de Balbina, capaz de todo trabalho, serviço doméstico. A outra chamava-se Bibiana, preta, 36 anos de idade, casada, trabalho leve, “cosinheira”. Assim como Bernardina, ambas as cativas, Elisa e Bibiana, não foram avaliadas em inventário no ano da morte de Egídio Medrado, em 1875. Porém Emília, cabra, vinte e cinco anos de idade, solteira, serviço doméstico, aparece como substituta, pois seu nome encontra-se apenas no autos de avaliação. Sabe-se, através de carta anexada pela mais recente inventariante do falecido senhor, que Emília conseguira conquistar a liberdade.⁵

Analisando o inventário do capitão José Rufino Eloy, encontramos o nome da Africana Felicidade na lista de matrícula do ano de 1872. Conseguiu a alforria entre este ano e o de 1885, data de falecimento de Eloy e, por sua vez, da constituição do inventário. Através de documento anexado por Tranquilino Nogueira provando que o inventariado era devedor de um empréstimo e, como garantia, hipotecara alguns dos seus bens, ficamos sabendo que

⁵ Ver a lista de matrícula e os autos de avaliação dos bens de Egídio da Rocha Medrado. AFCA. Inventário do Cap. Egídio da Rocha Medrado, Freguesia do Currallinho - 1875. Estante da Vara Cível.f.06-07.f.09

Felicidade fora hipotecada e estava sendo cobrada como parte do valor da dívida. Como já era forra, o hipotecário exigira o produto – dinheiro – da alforria da cativa.⁶

Situações como essas são elucidadoras das experiências pelas quais as escravas Bernardina, Elisa e Bibiana, possivelmente viveram entre o período da matrícula e da morte de Egídio Medrado. É válido lembrar que as situações percorridas não restringem outras possibilidades, como a concessão da alforria condicional ou gratuita, assim como a compra da liberdade através do fundo de emancipação ou pelo depósito do pecúlio em juízo. Entretanto, o que podemos afirmar é que, de alguma forma ou sob alguma circunstância, saíram do jugo da escravidão e conquistaram a liberdade. Caso tenham conseguido a alforria, a proximidade com os senhores devido a atividade de doméstica e cozinheira, deve ter contribuído para conquistarem a liberdade.

Diferente de Bernardina, Elisa e Bibiana, outras cativas domésticas continuaram vivendo sob o regime escravo, não conseguindo, dessa forma, a conquista da liberdade em meio a tramitação do inventário. Quando fora avaliada no ano de 1871, a cabra Antonia, cativa do falecido João Joaquim de Faria, moradora no arraial do Currálinho, estava com trinta anos presumíveis, era natural da Freguesia do Rozário e serviço doméstico. Tinha um filho chamado Luis, descrito como crioulinho, de seis anos de idade, natural da Freguesia da Muritiba. Além de Antonia, outra cativa fora avaliada como de serviço doméstico. Chamava-se Maria, crioula, de quarenta anos de idade presumíveis, solteira, natural da Freguesia de Santo Antonio de Jesus.⁷

O senhor das escravas era dono de casa comercial no Currálinho, em sociedade com Clemente Evangelista de Castro Tanajura. Possuía uma casa térrea situada na mesma vila, coberta de telhas, com duas portas e quatro janelas de frente, sala de jantar e cozinha. Tinha também um sítio, denominado Tanque do Matto, distante duas léguas da Vila do Currálinho. Ali foi avaliada a casa de morada da fazenda e a casa do vaqueiro; uma manga em bom estado; três currais de madeira de boa qualidade; dois tanques; sessenta pés de laranjeira, novos; um carro usado; duzentas e cinquenta e seis rezes de criar e quatro cavalos de campo.

⁶ Ver: AFCA. Inventário do Cap. José Rufino Eloy, Vila do Currálinho – 1885. Estante da Vara Cível.f.17.f.22.f.24-27.

⁷ Ver: AFCA. Inventário do João Joaquim de Faria, Arraial do Currálinho - 1876. Estante da Vara Cível.f.07-08.

Outros bens foram avaliados na Fazenda denominada Paúl, localizada na freguesia do Rosário do Orobó, Termo do Camisão, entre eles encontram-se cavalos, cabras, ovelhas e gados.⁸

Como João Joaquim de Faria não dispunha de cativos que exerciam serviço de lavoura e a atividade de vaqueiro, é provável que estivesse contratando trabalhadores livres para cuidar das criações e plantação da sua propriedade.

Já Antonia e Maria estavam responsáveis pelos afazeres domésticos no ambiente familiar da residência de João Joaquim de Faria, situada na Vila do Curralinho. Provavelmente cuidavam também dos filhos menores do casal, fato que parece refletir no momento da divisão dos bens entre os herdeiros.

Nos autos de partilha dos bens, nota-se que Antonia não conseguira conquistar a liberdade. Quanto à Maria, ficaremos diante de um impasse. Todas as duas escravas aparecem, inclusive o crioulinho Luiz, distribuídas nos quinhões dos filhos herdeiros do inventariado. A escrava Antonia e seu filho Luiz foram herdados pelo menor Antonio. Maria, ou fora vendida ou conquistou a sua liberdade através do pagamento de sua avaliação, pois o seu valor fora dividido em três partes, passadas para os demais filhos menores de João Joaquim de Faria.⁹

Em fevereiro de 1888, outra cativa chamada Esperança, 21 anos de idade, moradora na Vila do Curralinho, fora avaliada no inventário do funileiro José Vieira Lima. Analisando a lista de matrícula do ano de 1872 do referido senhor, encontramos o nome de duas cativas que exerciam serviço doméstico, sendo que uma delas, Lourença, de vinte e cinco anos de idade, era a mãe de Esperança.¹⁰

Nota-se que, na ocasião da matrícula obrigatória, Esperança tinha seis anos de idade e parece ter sido uma criança que ficava doente com facilidade. Na lista de dívidas, anexada em inventário, contraídas com o farmacêutico Joaquim Freire Monteiro, alguns medicamentos, como purgante, porções, caixas de pílulas e linhaças, foram comprados para Esperança entre os anos de 1878 e 1879. A outra cativa doméstica listada na matrícula obrigatória no ano de 1872, chamava-se Felicidade, solteira, cor preta, africana, 40 anos de idade.¹¹

⁸ Ver: AFCA. Inventário do João Joaquim de Faria, Arraial do Curralinho - 1876. Estante da Vara Cível.f.08-09

⁹ Ver: AFCA. Inventário do João Joaquim de Faria, Arraial do Curralinho - 1871. Estante da Vara Cível.f.133 a 136

¹⁰ Ver: AFCA. Inventário de José Vieira Lima, Vila do Curralinho - 1888. Estante da Vara Cível.f.12

¹¹ Ver: AFCA. Inventário de José Vieira Lima, Vila do Curralinho - 1888. Estante da Vara Cível.f.12.f.26-27

Anteriormente, descrevemos o nome de uma africana, pertencente a José Rufino Eloy, que também se chamava Felicidade, solteira, cor preta, serviço doméstico e com 40 anos de idade em 1872. Analisando os bens de João de Lima e Rufino Eloy, percebe-se que ambos tinham casas na Vila de Currealinho e no mesmo logradouro. Praça São José, como descrita no inventário de Eloy em 1885, e Praça Castro Alves, nome posteriormente dado à Praça São José, como descrita no inventário de Lima no ano de 1888. Em ambas as listas de matrícula dos supracitados senhores, nota-se que listaram seus cativos na coletoria de Cachoeira em datas próximas. Lima fora o primeiro. Em 12 de junho de 1872 matriculou os seus escravizados para, menos de três meses depois, em 20 de agosto do mesmo ano, Eloy matricular os seus cativos.¹²

Se não for apenas uma coincidência de nomes, idades, naturalidades e profissões entre duas cativas que moravam próximas uma da outra, Lima vendera a africana Felicidade para Eloy entre as datas limites das matrículas obrigatórias. Na medida em que cruzamos as informações encontradas nas fontes, outro fato passou a nos chamar atenção. Na lista de Matrícula de Lima, a africana Felicidade aparece sem filhos. Já na lista de matrícula de Eloy, junto com Felicidade, são listados também os seus três filhos, sendo que o mais novo tinha três anos de idade e nascera em 1869, ano a partir do qual tornara-se proibido a separação de marido e mulher, bem como dos filhos escravos menores de quinze anos. (COSTA, 1998)

Pensando dessa perspectiva, antes da realização da venda da africana para Eloy, Felicidade estava separada dos seus filhos, pois estava sob o domínio de Lima, porém toda a família escrava morando em casas separadas na mesma Praça situada na Vila de Currealinho. Se tudo não passou de mera coincidência e Felicidade tivesse sido, de fato, vendida para Eloy, fora uma estratégia muito bem arquitetada pela africana para manter a sua família unida.

Apesar de continuarem sob o jugo da escravidão, a africana Felicidade conseguira a permanência num espaço onde poderia manter relação de maior proximidade com seus filhos. Entretanto, se assim aconteceu, ficaremos sem saber o que levou mãe e filhos a separarem-se antes da realização da venda de Felicidade. Dívidas entre Lima e Eloy? Ou será que eles tinham partes da mesma escrava?

¹² Ver os inventários do Cap. José Rufino Eloy e o de João de Vieira Lima. AFCA. Inventário de José Vieira Lima, Vila do Currealinho - 1888. Estante da Vara Cível.f.12; AFCA. Inventário do Cap. José Rufino Eloy, Vila do Currealinho - 1885. Estante da Vara Cível.f.17

Quanto a Leopoldina, crioula, de doze anos de idade, solteira e natural de São Felipe, não sabemos se continuara, ou não, sendo escravizada após o encerramento do inventário de Pedro de Souza pitanga no ano de 1873, pois a inventariante não compareceu em Juízo para iniciar o autos de partilha.¹³

As últimas informações encontradas no inventário referem-se a um pedido de reavaliação dos bens com a finalidade de serem arrematados para o pagamento das despesas judiciais. Entretanto, analisando os bens de raiz do inventariado, é possível ter ideia das atividades exercida pela Leopoldina. Comparado ao senhor de Antonia e Maria, o proprietário da cativa poderia ser classificado como uma pessoa destituída de bens patrimoniais.¹⁴

Foram avaliados como bens de raiz um armazém, situado nos fundos da casa de morar de aluguel; uma taxa de ferro com assentos, no mesmo armazém, cuja taxa serve para cozer sebo de carne. Apesar da pouca idade, é possível que Leopoldina ajudasse Pedro de Souza Pitanga no cozimento do sebo de carne para a fabricação de sabão.¹⁵ Além disso, era necessário vender o produto fabricado. Seria Leopoldina, junto com os filhos menores de Pedro Pitanga, os responsáveis pela venda ou entrega do sabão pelas ruas da Vila do Currallinho? Ou apenas ajudava a mulher de Pedro Pitanga nos afazeres domésticos na casa alugada?

Na Freguesia de Santo Antonio do Argoim, Vila do Currallinho, encontramos outras duas cativas que, segundo a lista de matrícula, no ano de 1872, exerciam serviço doméstico. Lourença e Benedicta foram classificadas como solteiras, naturais do Camisão, filhas de Maria, aptas para qualquer trabalho e domésticas. Tinham, respectivamente, dez e oito anos de idades, sendo que a primeira fora classificada como de cor preta e segunda como de cor cabra. A mãe das cativas fora classificada como agrícola e tinha trinta anos. Analisando o autos de avaliação dos bens de Antonia Felismina de Jesus, proprietária das cativas, percebe-se que Lourença fora a única escravizada que continuava sob o domínio da senhora no ano de 1883. Havia dado luz à três filhos ingênuos nos anos de 1879, 1880 e 1882.¹⁶

¹³ Ver: AFCA. Inventário de Pedro de Souza Pitanga, Freguesia do Currallinho - 1873. Estante da Vara Cível.f.05

¹⁴ Ver: AFCA. Inventário de Pedro de Souza Pitanga, Freguesia do Currallinho - 1873. Estante da Vara Cível.f.03-04.f.21

¹⁵ Ver: AFCA. Inventário de Pedro de Souza Pitanga, Freguesia do Currallinho - 1873. Estante da Vara Cível.f.03-04

¹⁶ Ver: AFCA. Inventário de Antonia Felismina de Jesus, Freguesia de Santo Antonio do Argoim, Vila do Currallinho- 1883. Estante da Vara Cível. s/n.

Uma curiosidade aparece em meio ao cruzamento das informações encontradas no inventário de Maria Felismina de Jesus. Nas três ocasiões em que registrou o nascimento dos seus filhos na igreja católica, Lourença fora classificada como Lavoura e não como doméstica. No ano de 1872, Maria, mãe de Lourença, era a única cativa descrita como agrícola. Como o nome de Maria e Benedicta não aparecem nos autos de avaliação do ano de 1883, a sua filha Lourença certamente a substituiu no exercício das atividades agrícolas.¹⁷

Além disso, provavelmente Maria Felismina de Jesus não conseguiria levantar dinheiro para a compra de um escravo que exercesse a mesma atividade da mãe de Lourença, pois não tinha recursos para tanto.

Na avaliação dos seus bens no ano de 1883, a cativa Lourença era o patrimônio mais valioso obtido pela inventariada. Foram avaliados sessenta cabeças de cabra, por 120\$000; trinta cabeças de ovelha, por 60\$000; uma mula crioula nova, viajeira, por 120\$000; uma canôa velha, arruinada, por 40\$000; um oratório, com duas imagens, por 10\$000; uma de jantar, velha, lastro de vinhático, por 10\$000; uma casa térrea, coberta de telhas, com a terça apenas fixada, em terreno comum da Fazenda Masanga, por 80\$000 e a escrava Lourença, por 300\$000. O Seu monte-mór líquido, totalizou apenas 720\$000.¹⁸

Comparando esse valor com de uma cativa em idade produtiva que exercia atividade agrícola nas últimas décadas da escravidão, a exemplo do valor da própria escrava Lourença, Maria Felismina de Jesus teria que se desfazer de quase todos os seus bens para adquirir uma cativa através da compra. Entretanto, percebe-se que a atividade agrícola não era prioridade para a inventariada, pois os seus pequenos investimentos voltavam-se para a criação de rezes. Se havia algum tipo de plantação na fazenda Massanga que lhe pertencesse, era para a própria subsistência, sendo, dessa forma, tão insignificante para os avaliadores a ponto de não ser citada e contabilizada em inventário.

A julgar pelo número de cativos que Maria Felismina de Jesus possuía no ano de 1883 – apenas Lourença –, é provável que labutava junto com a cativa e seus filhos. Assim como sua casa estava situada em terreno comum, sinal que existia pessoas residindo em outras

¹⁷ Ver: AFCA. Inventário de Antonia Felismina de Jesus, Freguesia de Santo Antonio do Argoim, Vila do Curralinho- 1883. Estante da Vara Cível. s/n.

¹⁸ Ver: AFCA. Inventário de Antonia Felismina de Jesus, Freguesia de Santo Antonio do Argoim, Vila do Curralinho- 1883. Estante da Vara Cível. s/n.

casas na propriedade, poderia ter também pequenas plantações junto com outros sujeitos de condições jurídicas diferente, como a própria mãe e irmã de Lourença, suas ex cativas.

O Rio Paraguaçu passa pelas proximidades da Freguesia de Santo Antonio do Argoim e parece que entrecortava a fazenda Massanga, pois entre os seus bens fora avaliada uma Canôa velha. Ficaremos sem saber se Lourença também se dedicava à pesca. Porém, pelos bens registrados no inventário, percebe-se que não poderia se dar ao luxo de dedicar-se apenas a um tipo de atividade.

Apesar de ser classificada como do serviço de lavoura no registro de nascimento dos seus filhos, morava numa propriedade com múltiplas características de trabalho. Assim como a crioula Maria, cativas de João Joaquim de Faria, sabe-se que a africana Lourença, ou fora vendida ou conseguira conquistar a liberdade em meio a tramitação do inventário. Nos autos de partilha o seu valor fora dividido entre os filhos herdeiros da inventariada.¹⁹

As domésticas Antonia, Marcelina e Rita, propriedades de Antonio Bento Rodrigues, moradoras na Fazenda Gameleira, Freguesia de Santo Antonio do Argoim, aparecem entre os cativos listados na matrícula do ano de 1872. Antonia e Marcelina foram classificadas como solteiras, quarenta e três anos de idade, sendo que a primeira era de cor preta e a segunda de cor cabra. Assim como Marcelina, Rita também fora classificada como de cor cabra, solteira, porém com menos idade que as companheiras de cativo. Tinha vinte e oito anos de idade e dois filhos ingênuos lhe acompanhava, Brízida e Thomáz. Entre as três cativas, apenas o nome de Antonia não aparece nos autos de avaliação do inventário de Antonio Bento Rodrigues, no ano de 1882.²⁰

Situação semelhante a de Bernardina, Elisa e Bibiana, como discutido anteriormente. Seus nomes somem das fontes sem deixar nenhum indício ou sinal. Se não morreram ou não foram vendidas pelos seus senhores, a conquista da liberdade – condicional, gratuita ou comprada através do pecúlio – seria um entre outros prováveis caminhos trilhados pelas cativas. A fuga poderia também surgir como possibilidade de livrar-se do cativo. Sabe-se

¹⁹ Ver: AFCA. Inventário de Antonia Felismina de Jesus, Freguesia de Santo Antonio do Argoim, Vila do Curralinho- 1883. Estante da Vara Cível. s/n.

²⁰ Ver: AFCA. Inventário de Antonio Bento Rodrigues, Freguesia de Santo Antonio do Argoim, Vila do Curralinho- 1883. Estante da Vara Cível.f.07-08.f.15.

que Rita e Marcelina continuaram sob o jugo da escravidão, pois nos autos de partilhas dos bens do falecido senhor seus nomes aparecem como herança da viúva inventariante.²¹

Percebe-se, no entanto, que as trabalhadoras domésticas experienciaram situações diversas e diferenciadas no cotidiano, as quais, em alguns casos, se constituíam em projetos familiares. Como foi explicitado anteriormente, nem sempre a conquista da liberdade era a única finalidade das escravizadas, pois, em alguns momentos, a conquista de espaços de autonomia tornara-se importante condição para estarem próximos dos seus filhos, assim como a possibilidade de manter uma relação de proximidade com os senhores dentro do ambiente doméstico. Portanto, o fato de aprenderem uma profissão, como o serviço doméstico, acabou contribuindo para que algumas cativas, em Currálinho, conseguissem conquistar direitos, espaços de autonomia e a aquisição da carta de alforria.

Fontes

Arquivo do Forum de Castro Alves-BA (AFCA):

Inventário de Pedro de Souza Pitanga, Freguesia do Currálinho - 1873. Estante da Vara Cível.

Inventário do Cap. Egídio da Rocha Medrado, Freguesia do Currálinho - 1875. Estante da Vara Cível.

Inventário do Cap. Firmino da Fonseca Rocha Medrado, Freguesia do Currálinho - 1876. Estante da Vara Cível.

Inventário do João Joaquim de Faria, Arraial do Currálinho - 1876. Estante da Vara Cível.

Inventário de Antonia Felismina de Jesus, Freguesia de Santo Antonio do Argoim, Vila do Currálinho- 1883. Estante da Vara Cível.

Inventário de Antonio Bento Rodrigues, Freguesia de Santo Antonio do Argoim, Vila do Currálinho- 1883. Estante da Vara Cível

Inventário do Cap. José Rufino Eloy, Vila do Currálinho – 1885. Estante da Vara Cível.

Inventário de José Vieira Lima, Vila do Currálinho - 1888. Estante da Vara Cível.

²¹ Ver: AFCA. Inventário de Antonio Bento Rodrigues, Freguesia de Santo Antonio do Argoim, Vila do Currálinho- 1883. Estante da Vara Cível.f.47.

Referência

AGUIAR, Durval Muniz de. **Descrições Práticas da Província da Bahia**. 2. ed. Rio de Janeiro. Brasília: INL, 1979.

ALMEIDA, Kátia Lorena Novais. **As Alforrias em Rio de Contas-BA**. 2006. 174 f. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em História Social, UFBA. Salvador-BA, 2006.

ASSUNÇÃO, Mariana de Almeida. **Escravidão e Liberdade em Fortaleza, Ceará (Século XIX)**. 2009. 253 f. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em História Social, UFBA. Salvador-BA, 2009.

BARICKMAN, Bert Jude. **Um Contraponto Baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no recôncavo, 1780-1860**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BARBOSA, Antonio Tadeu Santos. Viver e Trabalhar: experiências cotidianas dos livres pobres no contexto escravista. Currálinho, 1860-1888. In: Simpósio Nacional de História Cultural, 6., 2012. Teresina. **Anais do VI Simpósio Nacional de História Cultural Escritas da História: Ver - Sentir - Narrar** (ISBN: 978-85-98711-10-2). Teresina: GT Nacional de História Cultural da ANPUH, 2012. Disponível em: <<http://gthistoriacultural.com.br/VIsimposio/anais/Antonio%20Tadeu%20Santos%20Barbosa.pdf>>. Acesso em: 02/03/2013.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Senzala à Colônia**. 4. ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

FRAGA FILHO, Walter. **Encruzilhadas da Liberdade: história e trajetória de escravos e libertos na Bahia**. Campinas: Editora UNICAMP, 2006.

ROCHA, Cristiany Miranda. **Histórias de famílias escravas: Campinas, século XIX**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.

SLENES, Robert W. **Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava. Brasil Sudeste, século XIX**. 2. ed. corr. Campinas: Editora da UNICAMP. 2011.

TEIXEIRA, Aurino de Azevedo. **Informações Históricas Sobre a Cidade de Castro Alves**. [Castro Alves]: Sem Editora, 1990.